

Jornalismo alternativo, plural e combativo: Marcas da imprensa feminista na segunda fase da ditadura civil-militar no Brasil¹

Barbara Maria POPADIUK²

Karina Janz WOITOWICZ³

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR

RESUMO:

Este artigo parte do reconhecimento histórico do papel da imprensa feminista nas lutas que marcaram o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), ao focar experiências de produção jornalística que atuaram como espaços de informação e mobilização das mulheres. Pretende-se analisar as características de jornais feministas de segunda geração - que compreende o final da ditadura e a abertura política -, a partir de um levantamento que contempla os jornais *Mulherio*, *Jornal CECF*, *Brasília Mulher* e *Nzinga Informativo*, de modo a identificar os temas relevantes de cada periódico e observar os padrões e as marcas principais presentes nas publicações. O artigo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa “Mulheres na Luta”, realizado em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com financiamento da Capes.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa feminista; feminismo; jornalismo alternativo; história da imprensa.

Introdução

Quando se fala de resistência à ditadura civil-militar no Brasil, entre os anos 1964-1985, destaca-se a participação dos mais diversos movimentos sociais que atuaram no combate à repressão e na defesa da democracia. Contudo, nem sempre o protagonismo das mulheres e as especificidades das lutas travadas neste período costumam ocupar espaço nos registros e narrativas. No que se refere à imprensa alternativa, ainda há um grande desconhecimento acerca de experiências efêmeras, especialmente aquelas situadas fora das principais capitais do país, que se revela uma lacuna para a memória do jornalismo brasileiro.⁴

¹ Trabalho apresentado IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 3º ano do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, bolsista do projeto de pesquisa “Mulheres na luta” (Capes/UFSC). Email: barbara.popadiuk@gmail.com

³ Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero/UEPG. Email: karinajw@gmail.com

⁴ Iniciativas recentes, como a publicação de edições *facsimile* dos jornais *Pasquim*, *Movimento e Coojornal*, contribuem para o conhecimento de experiências da imprensa alternativa. O interesse pela mídia alternativa (em trabalhos apresentados em eventos científicos, dissertações e teses, entre outros), tem colaborado no registro e na reflexão sobre o papel do jornalismo nas lutas que marcaram o período da ditadura no Brasil.

Neste sentido, focar o movimento feminista e a participação da imprensa produzida pela e para as mulheres no período considerado constitui um modo de conferir visibilidade às lutas específicas travadas em meio aos movimentos de resistência. O presente artigo, ao trazer alguns jornais feministas para o centro da análise, busca mostrar as aproximações e a diversidade que marcam o feminismo representadas nas páginas da imprensa.

Compreende-se que o reconhecimento acerca da participação feminina nos movimentos pela liberdade e anistia durante a ditadura militar (1964-1985) ainda se apresenta limitado, pois, apesar de existirem registros sobre esta participação, os estudos e discussões sobre o tema recaem em um silenciamento da militância feminina. Margareth Rago, em uma entrevista para o Instituto Humanitas (2011) corrobora essa prática: “O interior do universo masculino, do partido, do sindicato, da política tradicional, muito acentuadamente é marcado por esta questão de gênero que não é explicitada.”

Os grupos feministas que caracterizam a chamada ‘segunda onda’ (anos 1970) se desenvolveram a partir do período do regime militar no país. De forma contida, essas mulheres começaram a discutir a situação política, seus interesses, em grupos de reflexão, iniciados nos movimentos dos Estados Unidos, mas que foram trazidos para o Brasil por algumas feministas que voltavam do exílio. Maria Amelia Teles (1993) descreve como se formavam esses grupos: “aos poucos, as mães, conversando umas com as outras, foram percebendo que o seu problema é o problema da vizinha também e que diante disso a gente não encontra solução sozinha”. Albertina Costa entrevistou muitas mulheres que participaram dos grupos, como Walnice Nogueira Galvão:

“A gente nunca apareceu em público, o grupo era fechado, a militância política estava impossível no Brasil. Tem muito a ver com o fato de se fazer um grupo feminista fechado dentro de casa, tipo cachorrinho de apartamento, não era para a gente sair, a público nunca a gente foi”. (1988, p.66)⁵

Simultaneamente às articulações fechadas, estas mulheres organizavam-se na luta contra a ditadura. Um de seus feitos foi a criação do Movimento Feminino pela

⁵ O depoimento é de Walnice Nogueira Galvão, em entrevista a Albertina Costa, em artigo publicado nos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas. COSTA, Albertina. “É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970”. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. *Cadernos de Pesquisa*, nº66, ago. 1988.

Anistia (MFPA), que contou com comitês estaduais que auxiliavam famílias em busca de desaparecidos, campanhas de denúncia contra a tortura, etc. Segundo Fabíola Del Porto (2007), a organização do movimento contribuiu para o fortalecimento da luta pela emancipação das mulheres e na reivindicação pelos seus direitos.

Neste texto, serão apresentados dados gerais sobre jornais feministas da segunda geração da imprensa feminista pós-1974 (CARDOSO, 2004), em uma abordagem que busca identificar as características das publicações, as temáticas presentes e desenhar a participação e as reivindicações do movimento de mulheres no período de fim de ditadura e abertura política. Esse recorte faz parte de uma pesquisa que engloba a análise dos periódicos feministas brasileiros, com enfoque nos discursos produzidos, temas abordados e mudanças sugeridas pelos meios de comunicação na época, em sintonia com o Projeto “Mulheres de Luta: feminismos e esquerdas no Brasil”.⁶

Caminhos da pesquisa

O recolhimento do material a ser consultado neste artigo foi realizado no acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina, que contribuiu com a maior parte dos veículos analisados. Seu conteúdo foi garantido por diversos pesquisadores colaboradores ao longo dos anos que acessaram esses periódicos e os registraram.⁷

Foram considerados para a pesquisa os materiais jornalísticos: reportagem, notícia e entrevistas em profundidade. Notas, cartas e outros conteúdos interpretativos foram deixados de fora da análise neste trabalho. Para que se pudesse visualizar as temáticas presentes nas publicações, foram elencadas catorze categorias que identificam os conteúdos dos periódicos.

São elas: (1) saúde e direitos reprodutivos, que compreende os assuntos acerca da saúde da mulher, aborto, pílulas e contracepção; (2) violência contra a mulher, com depoimentos de vítimas e/ou estatísticas sobre as violências; (3) trabalho, que menciona

⁶ Coordenado pela professora Cristina Wolf, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com financiamento da Capes, o projeto visa analisar o feminismo na especificidade de movimento social durante o período de ditadura civil-militar e sua atuação nos movimentos de enfrentamento do regime. Como base documental, o projeto reúne documentos, periódicos, entrevistas, relatos e fontes variadas, para que seja possível construir a memória da participação das mulheres nos conflitos da época.

⁷ Foram consultados nove periódicos até o momento para a realização da pesquisa, que serão mencionados a seguir. Sabe-se que muitos outros jornais feministas circularam no período, mas devido à dificuldade de acesso às fontes documentais estamos considerando apenas aqueles disponíveis no acervo do LEGH/UFSC e em arquivos on-line.

condições de trabalho e a desigualdade entre homens e mulheres com destaque para os sindicatos; (4) participação política, que relata as mulheres que assumem cargos políticos e decisões que por intermédio dessas personalidades foram aprovadas ou não; (5) movimento feminista, que expõe debates dos grupos, eventos e discussão do próprio feminismo e suas vertentes; (6) direitos sexuais e liberdade, caracterizada pelos conteúdos sobre liberdade sexual, o direito de escolha da mulher e reações patriarcais; (7) raça, que expõe casos de racismo, realidade do povo negro e personalidades de mulheres negras; (8) situação política, que explana sobre os movimentos contra a ditadura, depoimentos, decisões do Congresso; (9) creche/educação, que reivindica o direito de creche, problematiza as condições e a relação de mãe trabalhadora e criança; (10) papel familiar, que discute o lugar da mulher dentro da estrutura social da família; (11) educação, que compreende os conteúdos sobre o estado da educação da mulher, melhorias na educação, etc; (12) representação da mulher, que é carregado de inspirações e depoimentos de mulheres e discute estereótipos e representatividade nos meios; (13) direitos das mulheres, que consiste na adição de conquistas para as mulheres; e (14) outros. A definição da categoria 14 são as reportagens, entrevistas e notícias que envolvem um conteúdo pertinente ao jornal e período, mas que não foi possível alocar em alguma das outras categorias. Grande parte desse material tem relação com o campo cultural, como entrevistas com personalidades públicas.

Jornais feministas

Para Araújo (2000, p. 160), a produção jornalística feminista funcionava não somente como porta-voz dessas mulheres, mas como organizadora de suas militâncias. A principal característica na década de 1970, para a autora, era que “afirmava a especificidade da luta feminista, mas procurava articulá-la com a luta mais geral da sociedade brasileira contra a ditadura militar. Insistia na especificidade e não na autonomia”.

As primeiras experiências de imprensa feita por mulheres para mulheres identificada no período ditatorial foram os jornais *Brasil Mulher* (lançamento em 09 de outubro de 1975, circulou até 1979) e *Nós Mulheres* (junho de 1976, em circulação até 1978). Ambos estendiam suas temáticas principalmente para a luta contra a ditadura, denúncia dos crimes do período e a posição da mulher no trabalho. Rosalina Leite (2003, p. 234) compreende que as duas publicações se destacam pelo compromisso com

uma nova linguagem e com a difusão das reivindicações que se relacionam diretamente com as mulheres.

Essas duas experiências são categorizadas por Cardoso (2004) como de primeira geração. Em seu estudo, a autora constatou que a imprensa feminista pós-1974 poderia ser dividida em duas fases: a primeira e a segunda geração. A primeira (1974-1980) estaria ligada ao debate entre questões da mulher e as questões gerais do período, reivindicações de assuntos próprios das mulheres, bem como o combate à ditadura. Na segunda geração (1981-1999), é possível identificar temas exclusivamente relacionados às mulheres, como a própria incorporação do conceito de gênero.

Até certo momento, a relação direta com os partidos de esquerda do país determinou a participação destas na luta contra o regime. Segundo Celi Pinto, o afastamento dos partidos aconteceu pela percepção das mulheres de que não obtinham a devida voz nesses espaços para discutir as reivindicações feministas. “A esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: a unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais” (PINTO, 2003, p.53).

Cardoso indica dois acontecimentos que simbolizaram a mudança da imprensa feminista: o II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados em 1980 e 1981, respectivamente. Os dois eventos concretizaram a ruptura do movimento com os partidos de esquerda e a centralidade das questões de classe. Assim, se viram na condição de aprofundar os temas específicos. A tendência é confirmada visto que um dos jornais mais ativos sobre feminismo e discussão da situação política, o *Brasil Mulher*, teve sua produção cancelada algum tempo depois do II Congresso.

As próximas experiências de jornalismo alternativo e feminista vem a partir da segunda geração. Essa geração é compreendida em um momento político e histórico de fim da ditadura militar e a abertura política. Em 1981, o jornal *Mulherio* foi lançado pelo Coletivo de Mulheres do Departamento de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas. Sua atuação é expressiva pois é o periódico com mais edições e longa duração que já foi identificado, tendo circulado até 1988. Viviane Freitas (2012) esclarece que a distribuição do periódico era feita por grupos de mulheres, órgãos de comunicação e entidades acadêmicas e culturais. Freitas acentua que uma característica importante da identidade do *Mulherio* era que “se apresentava aberto a todas as vertentes dos

movimentos feministas e receptivo ao debate de todos os temas que afetavam as mulheres.”

O *Mulher CECF*⁸ foi produzido de 1984 a 1985, pelo Conselho Estadual da Condição Feminina – Governo Montoro. O periódico iniciou sua atuação humano depois que o conselho foi criado no estado de São Paulo. O órgão estadual tinha a finalidade de “propor e viabilizar alterações na orientação política, na legislação, na aplicação de recursos e nas decisões que envolvem a mulher, a fim de torná-la uma cidadã com igualdade de direitos”⁹.

A produção do *Nzinga Informativo* foi realizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ no período de 1985 a 1989 com alguns intervalos. O periódico era feito pelo Coletivo de Mulheres Negras e tinha o interesse em discutir negritude, espaço da mulher negra, entre outras situações. Na capa do número 1, elas se apresentam:

“Aqui estamos com o resultado concreto dos sonhos que sempre tivemos – o de divulgar as questões específicas da mulher negra. Esperamos que, de verdade, tenhamos conseguido criar mais um instrumento de comunicação da nossa causa. É nosso propósito fazer desse espaço um veículo que alcance um número sempre maior de mulheres e homens, negros e brancos que estejam preocupados com as mesmas questões que este informativo se propõe a abordar. Para isso tentaremos que seja sempre informal, ágil e contínuo. Muito mais do que do NZINGA, este jornal pretende ser de todas as pessoas e entidades que estejam trabalhando com o mesmo propósito que o nosso.”¹⁰

O jornal *Brasília Mulher* manteve sua produção de 1982 a 1983¹¹ em Brasília – DF e era produzido pelo Grupo Brasília Mulher, que decidiu iniciar as publicações depois de um ano de atividades do grupo. Em seu primeiro número, elas indicam suas intenções com o veículo: “O jornal do Brasília Mulher pretende ser mais de um veículo, a ser utilizado por todas nós, na procura de nossa valorização na sociedade – mais um pequeno apoio à luta feminista.”¹²

Outras publicações encontradas são: *Jornal Maria*(1981) produzido em Curitiba/PR, *Mulher Paulista* (1981) de São Paulo/SP e *Espaço Mulher* (1985) de São

⁸ CECF lê-se: Conselho Estadual da Condição Feminina

⁹ Matéria do jornal Mulher CECF “O primeiro ano do Conselho Estadual da Condição Feminina” (p.02), n°1 set/84

¹⁰ Capa do Nzinga Informativo n°1, ano I, jun/85, (p.01)

¹¹ Edições que se tem registros pela pesquisa.

¹² Capa do Brasília Mulher n°1, ano I, mai/82, (p.01)

Bernardo do Campo/SP, que não foram considerados para este artigo pela inviabilidade de comparação visto que se tinha apenas um exemplar de cada periódico.

De acordo com Elizabeth Cardoso (2004)¹³, a imprensa feminista é um fenômeno nacional, presente em praticamente todas as regiões do país, que atravessou diferentes fases para sua consolidação durante a ditadura civil-militar e após a abertura política do país. No levantamento feito pela pesquisa, pôde-se perceber as iniciativas predominantemente no sul e no sudeste do país.

Os jornais trabalhados nesse artigo possuem origem no sudeste e no Distrito Federal. A tabela 1, a seguir, sintetiza as características gerais dos jornais que foram analisados para este trabalho, que se caracterizam como segunda geração do feminismo de segunda onda, em um total de quatro publicações (*Mulherio*, *Jornal CECF*, *Brasília Mulher* e *Nzinza Informativo*). A tentativa é de delimitar uma periodicidade nessa produção, a quantia de páginas e período de circulação. As vertentes das produções e a entidade que encabeçava os produtos se baseiam nas classificações de Cardoso (2004).

Tabela 1: Informações sobre os jornais feministas

Jornal	Periodicidade	Local de produção	Período de circulação	Categoria	Nº de páginas	Entidade
Jornal Mulherio	Bimensal, com algumas lacunas	São Paulo/SP	1981-1988	Noticioso	Média de 22	Fundação Carlos Chagas
Jornal Mulher CECF	Semestral	São Paulo/SP	1984-1985	Noticioso	Média de 20	Conselho Estadual da Condição Feminina
Jornal Brasília Mulher	Sem definição	Brasília/DF	1982-1983	Variados-coletivo	Média de 06	Grupo Brasília Mulher

¹³ Na pesquisa de campo realizada por Elizabeth Cardoso em acervos históricos foram catalogados 75 periódicos feministas, entre boletins, revistas e jornais de todo o Brasil. Segundo a pesquisadora, “não foi registrado nenhum título da região Norte; foram encontrados sete títulos na região Sul (cinco do Paraná e dois do Rio Grande do Sul); oito títulos originários da região Centro-Oeste (cinco do Distrito Federal, um do Mato Grosso e dois de Goiás); foram encontradas 12 publicações feministas editadas na região Nordeste (cinco de Pernambuco, três da Bahia, uma do Piauí, uma da Paraíba e duas do Rio Grande do Norte); e 46 títulos feministas foram publicados na região Sudeste (28 da capital paulista, seis na região do ABCD, três do interior de São Paulo, quatro do Rio de Janeiro e cinco de Belo Horizonte)” (CARDOSO, 2004, p. 50).

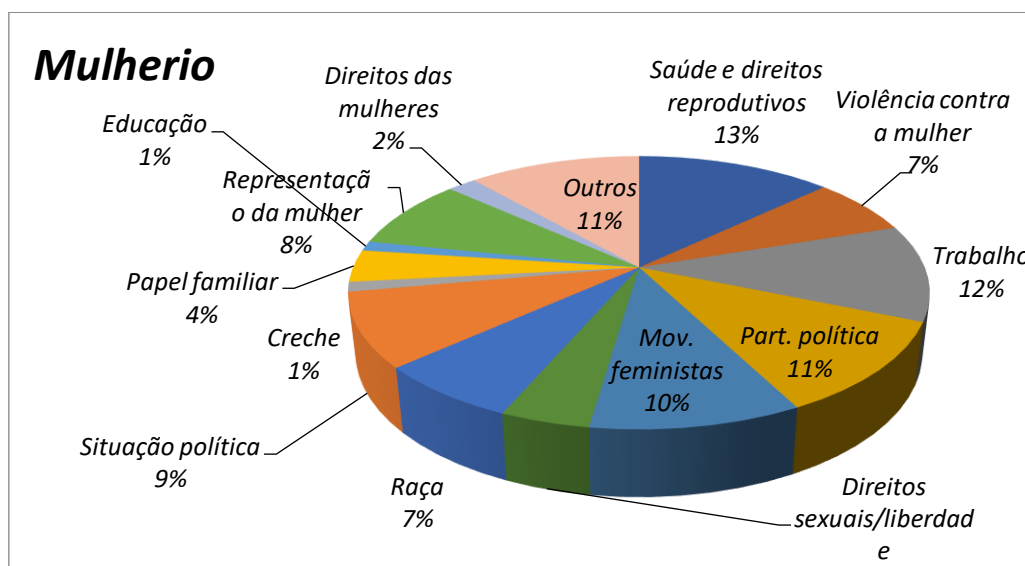
Jornal Nzinga Informativo	Duas primeiras edições mensais Três seguintes anuais	Rio de Janeiro/ RJ	1985-1986/ 1988-1989	Variados- racial	Média de 09	Coletivo de Mulheres Negras
----------------------------------	---	-----------------------	-------------------------	---------------------	-------------	-----------------------------

Fonte: As autoras, 2018

Elizabeth Cardoso (2004) determina em quais aspectos a coluna “Categoria” se forma. Para ela, os periódicos noticiosos são os que não propõem um tema específico, mas que abordam os assuntos a partir de uma perspectiva feminina. Dos jornais elencados, dois se caracterizam como noticiosos e dois como variados, com ênfase no coletivo feminista e na questão racial. O detalhamento temático das edições será apresentado com base no levantamento de todos os textos publicados nos periódicos selecionados para este trabalho.

O *Mulherio* é a experiência mais extensa do período. Na seleção do material, foram analisadas cerca de 260 matérias deste periódico. A seguir, no gráfico 1, estão dispostos os resultados do jornal diante das temáticas trabalhadas nas edições.

Gráfico 1: Presença das categorias no jornal *Mulherio*



Fonte: As autoras, 2018

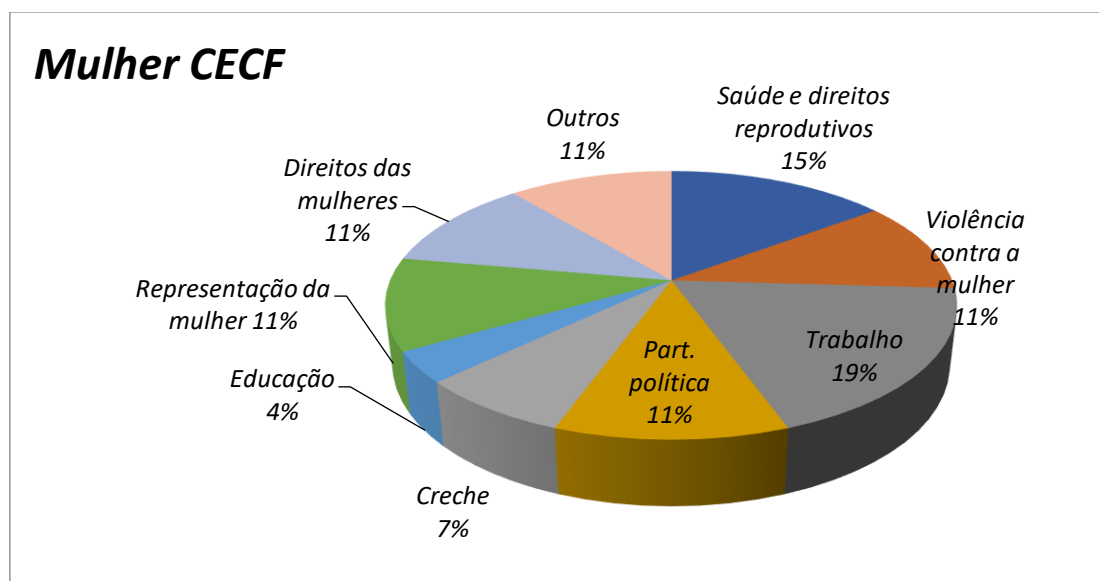
Freitas (2014) realizou uma análise semelhante e identificou as temáticas frequentes no jornal: movimento feminista; creche; maternidade; aborto; divisão sexual do trabalho; cuidados com os filhos e família; licença-maternidade e paternidade.

Percebe-se pela polarização no gráfico e as análises de Freitas (2014), que o *Mulherio* tratou de diversos assuntos e temas durante o período em que circulou.

Pela classificação feita por esta pesquisa, todos os temas foram contemplados por algum material jornalístico. Dentre os mais regulares estão: saúde e direitos reprodutivos (13%); trabalho (12%); participação política (11%); (14) outros (11%) e (5) movimentos feministas (10%). Há uma concordância entre o concluído por Freitas e este panorama.

Ainda nos materiais prioritariamente noticiosos, a seguir, no gráfico 2, temos a exposição da aparição dos temas no jornal *Mulher CECF*. Deste jornal, foram contabilizadas cerca de 30 matérias. As categorias sem ocorrências não foram indicadas no levantamento, resultando na presença de oito temáticas.

Gráfico 2: Presença das categorias no Mulher CECF



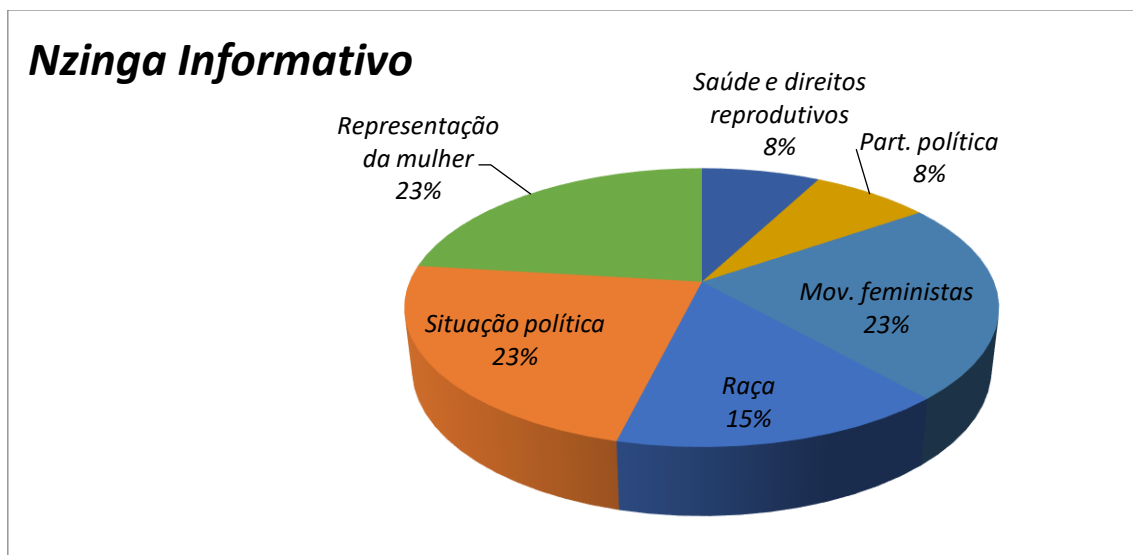
Fonte: As autoras, 2018.

No *Mulher CECF* pode-se perceber uma nova formação e alguns temas com mais expressividade que no jornal anterior. A preocupação com a saúde e direitos reprodutivos continua, mas com porcentagem aumentada (15%), da mesma forma que acontece com o trabalho, que possui 19% do material publicado. A violência contra a mulher, direito das mulheres e representação da mulher se destacam como temas que não tiveram a mesma visibilidade, em comparação, todos com 11%. A participação

política pode ser analisada como uma vertente que aparece com frequência e intensidade parecida, também com 11%.

Na conceituação de Cardoso, os variados são os periódicos que ela não conseguiu inserir em outra de suas categorias. Esses periódicos possuem uma dinâmica diferenciada, por tratar de temas com especificidades,mas não o bastante para que tivessem se tornado uma identificação para a autora. Um desses casos é o *Nzinga Informativo*, que foi criado a partir de um coletivo de mulheres negras. Suas temáticas envolviam as necessidades como povo negro, mas também atendiam a luta de mulheres no geral. No gráfico 3, a seguir, pode-se compreender os assuntos que tiveram destaque nessa publicação. Ao todo, foram 13 reportagens que fazem parte da análise, distribuídas em seis temáticas.

Gráfico 3: Presença das categorias no *Nzinga Informativo*



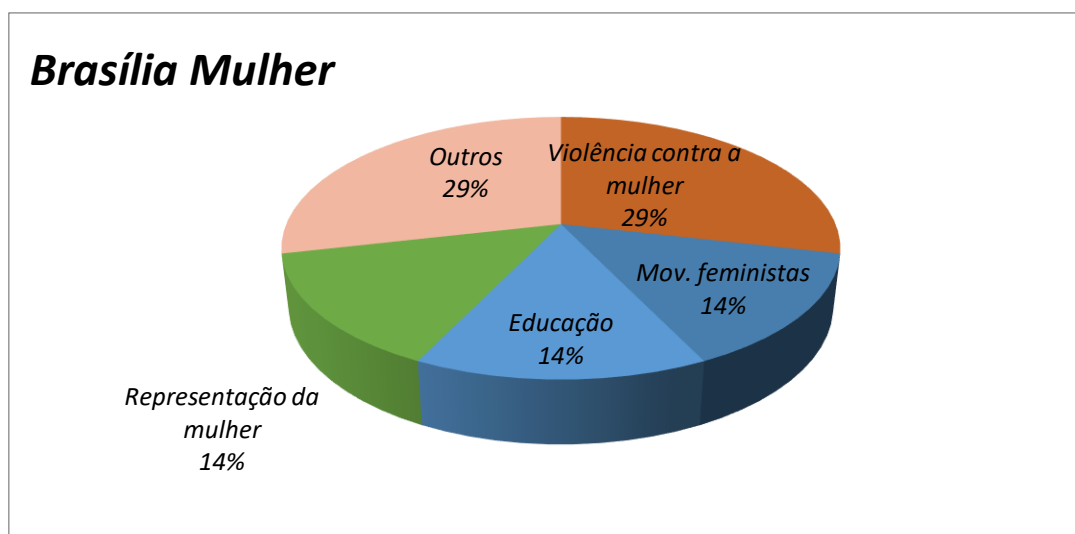
Fonte: As autoras, 2018.

Pode-se concluir que os temas que o jornal entendia como necessários às suas publicações compõe novos eixos. A saúde, um assunto recorrente de todos os jornais, aparece com menor destaque (8%). A representação da mulher, os movimentos feministas e a situação política são as temáticas mais presentes nessas publicações (23% cada). A partir disso percebe-se uma familiaridade com os outros periódicos, e determina que mesmo sendo categorizado como um jornal de conteúdo variado, ainda contribuía para a luta comentando a situação e participação política. O destaque aqui é o tema pouco retratado até então nos demais veículos, que é raça. Aparece com 15% das

publicações, e isso justifica a atuação de um coletivo como um jornal também, pois suas inspirações e reivindicações necessitavam de um espaço para serem verbalizadas.

Outra experiência que também foi organizada por uma espécie de coletivo foi o *Brasília Mulher*. No gráfico 4, a seguir, é possível identificar os índices de publicação desse jornal. Deste, foram considerados jornalísticos sete conteúdos, distribuídos em cinco categorias temáticas.

Gráfico 4: Presença das categorias no *Brasília Mulher*



Fonte: As autoras, 2018.

O *Brasília Mulher* indica outro panorama de organização e de contribuição. A violência contra a mulher (29%) demonstra uma nova preocupação, mas o que define o caráter deste jornal está no outro páreo, da categoria “outros” que também teve 29% das publicações. Essa categoria significa textos que foram pertinentes para a estrutura do jornal que não se encaixavam em outras situações. Neste caso, esses textos faziam parte da difusão do próprio grupo e das suas ações em ocasiões específicas, este conteúdo revela características do movimento, pautas e deliberações que representam a atuação do coletivo frente às situações do cotidiano. Outras três questões tiveram seu espaço nessa publicação: representação da mulher; movimento feminista e educação, todas com 14%.

Considerações Finais

As produções jornalísticas da segunda geração da imprensa feminista pós-1974 contribuem para a leitura histórica dos acontecimentos, ao mesmo tempo em que indicam o pensamento de integrantes dos movimentos feministas. Muitos foram os periódicos que atuaram como espaços de informação e mobilização em torno das lutas das mulheres e ainda pouco se sabe sobre suas trajetórias, modos de produção e formas de inserção no debate público. Desse modo, mapear as temáticas predominantes e observar as semelhanças e especificidades de alguns veículos que representam a imprensa feminista constituem uma forma de visibilizar as lutas históricas das mulheres pelos seus direitos, além de evidenciar o papel essencial da imprensa alternativa na propagação de ideias e reivindicações das mulheres e no próprio combate à ditadura.

O processo entre a criação dos grupos de reflexão, a atuação dos movimentos e a produção dos jornais reflete um crescimento tanto numérico quanto ideológico das mulheres organizadas em grupos. Os temas de ênfase como saúde e direitos reprodutivos já indagavam sobre saúde pública e direitos da mulher, questões ainda pendentes que permanecem em pauta na atualidade.

Outra consideração a se fazer é de que os meios alternativos considerados na pesquisa já fazem parte de um nicho mais recortado, com pautas mais específicas do que as outras produções alternativas e os meios de comunicação de massa. Apesar disso, alguns temas ainda não são abordados de forma igual, devido ao perfil de luta de cada grupo feminista. Dessa forma, algumas dessas vozes só conseguem se expressar partindo do mesmo princípio que os grupos feministas, criando veículos personalizados. O exemplo presente no trabalho é o jornal *Nzinga Informativo*, que além de contribuir para as discussões do movimento feminista e de questionar ações governamentais de forma mais ampla, indaga sobre a cultura de marginalização dos negros, de acontecimentos com mulheres negras, racismo e outras considerações do povo negro que acabam não fazendo parte do discurso dos outros periódicos, mesmo os feministas.

Percebe-se, desse modo, o caráter plural dos feminismos, que ao representarem suas lutas nos jornais instituem uma forma própria de fazer política e combater a opressão. Certamente, outras demandas específicas das mulheres - que envolvem, além do patriarcado, as questões de classe, raça, orientação sexual, geração, entre outros marcadores de diferença- também pautaram as tensões e os debates feministas, marcando presença no espaço da imprensa. Nos limites deste artigo, foram levantadas as pautas de periódicos feministas que se fizeram ouvir apostando no discurso de

resistência, servindo como um indicador das práticas de luta que marcaram o período de defesa da democracia para todos e todas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa brasileira pós-1974. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 12, n. especial, 2004. p. 37-55. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300004>

_____. **Imprensa feminista brasileira pós 74**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

COSTA, Albertina. “É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970”. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. **Cadernos de Pesquisa**, nº66, ago. 1988. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1206>

DEL PORTO, Fabíola. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil e a construção da cidadania**. In: *Perseu: história, memória e política*. Vol. 1, n.1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **Revista história, histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014.

BRASÍLIA MULHER. Capa, nº1, ano I, maio/1982, p.01.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. Entrevista com Margareth Rago, 2011. Disponível em: <https://contramachismo.wordpress.com/2011/02/18/entrevista-com-margareth-rago-as-mulheres-e-a-ditadura-militar-no-brasil/>

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 11, n. 1, 2003. p. 234-241.

MULHER CECF. “O primeiro ano do Conselho Estadual da Condição Feminina”. nº1, setembro/84, p.02.

NZINGA INFORMATIVO. nº 1, ano I, junho/1985, p.01

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

TELES, Maria Amelia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.